

*Sind-Saúde saúde cobra que governo mineiro cumpra data-base*



O Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde (Sind-Saúde/MG) enviou ao governo Zema uma solicitação de agendamento de reunião para tratar da recomposição salarial anual do funcionalismo público estabelecida na legislação. A política remuneratória dos servidores públicos, prevista na lei 19.973/2011, fixa o mês de outubro como data anual para aplicar o reajuste salarial. Sem nenhuma convocação do governo para negociação ou anúncio do cálculo para aplicação, o Sindicato provocou através de ofício enviado na última segunda-feira (30).

Além do prazo para que o governo apresente os números para o percentual de reajuste, os servidores aguardam a definição do que será feito com o valor que o Estado deve receber

através de empréstimos de nióbio. Nesta terça-feira (01), a imprensa noticiou que – segundo o governo Zema - a operação financeira que renderá entre R\$ 4 bilhões e R\$ 5 bilhões para o Estado só deverá ser concluída no ano que vem. No início do mês de setembro, representantes da gestão afirmavam que com este recurso iria ser pago o 13º salário dos servidores e prometiam o pagamento da folha no quinto dia útil. A nova afirmação volta a deixar o funcionalismo indeciso sobre a forma de pagamento desse direito.

O Sind-Saúde solicitou ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) o levantamento sobre a inflação do período sem reajuste salarial e as perdas acumuladas. O Sindicato convoca a categoria para mobilização neste momento que é crucial para a cobrança do governo.